
071ª SESSÃO ORDINÁRIA 06AGO2018

(Texto com revisão.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra.

Vereador Dr. Thiago (DEM): Os Vereadores estão sendo impedidos de entrar no pátio de entrada pela Guarda da Casa. Soube agora, pelo Diretor da Guarda da Casa, que isso foi determinação do Diretor-Geral, que está almoçando. Então, se não tem ninguém para determinar o controle e a entrada, então que não privem os Vereadores de entrarem pelo pátio lateral. Eu estou com um problema no joelho e tive de fazer toda a volta para entrar na Casa. Vereadores estão sendo cerceados na sua entrada no Parlamento, e isso é muito grave.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Dr. Thiago, nós vamos verificar.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Presidenta Mônica, como a senhora deve observar, não há ninguém sentado aqui, ao lado direito, e nós estamos com muitos municipais e municipais na porta. Não são muitos, que assustem e que não dê para permitir que possam sentar e acompanhar os trabalhos da tarde. Queria pedir a V. Exa. que, se fosse possível, liberasse o segundo espaço para os municipais e municipais. Se agride os Vereadores chegar e ter o portão fechado, agride também os nossos colegas, são servidores da Prefeitura de Porto Alegre. E nós gostaríamos que eles pudessem participar de tão importante debate que esta Casa levará hoje.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver.^a Sofia, as regras foram estabelecidas pelo Presidente desta Casa, que está a caminho, assim que ele chegar, eu transmitirei essa sua reivindicação a ele.

Vereador Dr. Thiago (DEM): Vereadores não podem ser impedidos de entrar no plenário, isto é claro.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Dr. Thiago, eu já solicitei que fosse verificado.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre – ATEMPA, que tratará de assunto relativo à educação pública de qualidade. O tempo regimental de 10 minutos para manifestação será dividido entre dois oradores. A Sra. Sinthia Santos Mayer, diretora-geral, e a Sra. Vlândia Paz, diretora de assuntos educacionais, estão com a palavra.

SRA. SINTHIA SANTOS MAYER: Boa tarde a todos e a todas; Exma. Ver.^a Mônica Leal, na presidência dos trabalhos e demais membros da Mesa. Saudação aos demais Vereadores que compõem esta Casa, palco de intensos debates, que tem acolhido a pauta dos municipais, com destaque para o debate sobre o projeto da rede municipal de educação. Saudação especial aos Vereadores, colegas professores da rede municipal, Vereadora Sofia Cavedon e Vereador Alex Fraga, e ao nosso colega, Ver. Dr. Thiago, companheiros de luta, a eles nossos fraternos abraços. Inicialmente, gostaria de me apresentar: meu nome é Sinthia Mayer, professora e, juntamente com minha colega Vlândia Paz e Glauco Dias, compomos a coordenação-geral da Atempa -Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre. Ao total, somos 9 diretores eleitos em 2016, com mandato até 2019. Somos professores, funcionários de escola e monitores. O nome da nossa gestão, a chapa pela qual nos fomos eleitos, é " Educação sem Mordça". E dizendo isso, apresentamos nosso local de fala. Como disse inicialmente, a Atempa representa o conjunto dos trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre. Tem como finalidade no seu estatuto a defesa dos interesses da categoria e o engajamento nas lutas gerais dos trabalhadores. Hoje, 6 de agosto, estava previsto o início do 2º semestre do ano letivo, e como é de conhecimento de todos e todas, não foi possível iniciá-lo, pois nós, trabalhadores e trabalhadoras em educação, estamos em greve, com o conjunto da categoria dos municipais. Desde 2017, não temos reposição da inflação. As perdas históricas acumuladas chegam a 8,85% dos

salários e a reposição da inflação soma 6,85%. Temos nosso salário parcelado. E nesta Casa, tramitam PLs que atacam a nossa Previdência, o nosso Plano de Carreira e a nossa aposentadoria. Mas estes não são os únicos motivos pelos quais paralisamos nosso trabalho. A nossa rede é composta por 4.447 servidores na ativa, entre professores, monitores e técnicos em nutrição, número insuficiente para atendermos mais de 70 mil alunos, nas 99 escolas de ensino fundamental, educação infantil, ensino médio e educação de jovens e adultos. A história da rede municipal de educação está entrelaçada com a história da luta no Brasil pela defesa da escola pública de qualidade. Nós, trabalhadores em educação, ajudamos a construir um projeto de educação pública, laica, universal, plural e inclusiva, que compreende o indivíduo na sua totalidade, com singularidades e tempos diferentes na sua compreensão e na construção do conhecimento. A nossa rede é pioneira, há 20 anos, discutimos a importância da inclusão a partir de condições adequadas para receber esse aluno. Em 1995, nasciam as salas de integração de recurso, como garantia de permanência e educabilidade para os alunos com deficiência; hoje, essa experiência é uma política pública. Somos a rede que, na década de 1990, ajudou a formular o debate sobre os tempos de aprendizagem dos nossos alunos; hoje, esse direito está assegurado na LDB. Somos a rede da educação integral, escola que atende a alunos durante o dia, com projetos de integração, com profissionais qualificados e concursados; somos a rede da Hora do Conto, do projeto Adote, da Escola Preparatória de Dança da Escola Alberto Pasqualini, que recentemente esteve em Joinville; somos a rede da Orquestra Villa-Lobos, das aulas de teatro, da música, da capoeira como elementos fundantes da construção do conhecimento. Somos a rede do LIAU, da horta comunitária da Lomba do Pinheiro; somos a rede do Meninas Crespas, do projeto Afroativos; somos a rede da equipe de robótica, que recentemente ganhou um prêmio no Canadá. Somos a rede da Escola cem por cento; somos a rede da Angela, da Jaque, da Fabiane, da Miriam, da Eliana; somos a rede daqueles que compreendem que ensinar não é só transferir conhecimentos, mas também criar possibilidades para que o aluno faça da produção do conhecimento a leitura de mundo, bem como formulou Paulo Freire.

(Não revisado pela oradora.)

SRA. VLÁDIA PAZ: Boa tarde, Ver.^a Mônica Leal, Ver. Prof. Alex, Ver.^a Sofia, queria saudar também os nossos colegas que estão no plenário, e eu queria saudar aqueles tantos colegas que estão do lado de fora, que, desde a semana passada, assistem às Sessões desta Casa do lado de fora.

Continuando a fala da Sinthia, cabe a mim falar sobre os ataques. Somos a rede que enfrenta, desde 2017, a nova rotina: redução do tempo de aula dos alunos, fim da reunião pedagógica, redução da alimentação dos alunos. De 2016 para 2017, foram gastos R\$ 2 milhões a menos em gêneros alimentícios pela Secretaria Municipal de Educação. Somos nós, trabalhadores e trabalhadoras, que precisamos dizer para as crianças que não podem repetir a carne, porque o Secretário vem aqui dizer que isso não pode ser feito em nome da obesidade. E nós, trabalhadoras, que estamos lá, que sabemos que essas crianças estão com fome, precisamos dizer: é só um ovo, é só uma coxinha de galinha. Nós somos a rede que não consegue mais fazer reunião pedagógica e tratar das idiossincrasias de cada um dos nossos 500, 600 alunos que ocupam as escolas em cada turno de atendimento ao mesmo tempo. Somos a rede que não tem para onde encaminhar os alunos e alunas que contam, em sala de aula, que tentaram se suicidar. Somos a rede que não tem para onde encaminhar as crianças, os adolescentes e as suas famílias que não podem mais contar com assistência social, porque a rede desta Cidade também está sendo desmontada.

Além dos ataques, somos a rede que precisa dizer aos alunos da Escola Wenceslau Fontoura, do Rubem Berta, que eles não podem mais estudar; para estudar na EJA, eles precisam transitar num território conflagrado, e isso dá lá na Escola Grande Oriente. A cada semana, amargamos as mortes dos nossos alunos. Somos a rede que não tem guardas municipais nas escolas – estão aqui cuidando da orla e não cuidam dos acessos. Somos a rede que perdeu 21 vice-diretores por autoritarismo da Secretaria. Muitos de nós não temos mais hora-atividade; aquela hora que os professores têm para planejar pode ser feita fora da escola somente por quem tem 40 horas de manhã e de tarde na mesma escola. Então, somos professores e professoras que planejamos em espaços exíguos, dividindo com os colegas que se alimentam; somos trabalhadores da rede que têm instalações elétricas precárias, obras inacabadas, infestações de pombos e ratos; somos a rede que tem telhado caindo, que não tem computadores e, sobretudo, somos a rede que acredita e se vê desrespeitada cada *e-mail* da Secretaria. Sim, Vereadores; sim, Ver.

Marcelo, é tudo por *e-mail*, não tem diálogo! Somos a rede que assiste ao desrespeito a conselhos escolares, a calendários estabelecidos pelas comunidades. Nós estamos sentindo isso: estamos adoecendo. Mas também somos os trabalhadores que só podemos ir a médicos uma vez a cada dois meses para termos atestado, se não... Somos a rede que, como todos os municipais, vêm sofrendo ameaças de parcelamento. E felizmente, tivemos derrotado nesta Casa, agradecemos aos Vereadores, um PL que estava na nossa cabeça, que tirava os nossos regimes de trabalho.

Queremos convidar a todos e a todas, os Vereadores, para estarem ao nosso lado, em defesa da Cidade, do serviço público, em defesa da educação da Cidade. Eu queria compartilhar com vocês o vídeo que estamos lançando, a partir de hoje, que vai circular pelas redes da Cidade.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

SRA. VLÁDIA PAZ: Contamos muito com vocês; visitem as nossas escolas, e temos muito mais ataques para contar. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, e depois prossegue em Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham o nosso trabalho nesta tarde, colegas professores e professoras, demais municipais que estão aqui presentes, ocupando as cadeiras nas nossas galerias, público que nos assiste pela TVCâmara, Vereadores, Vereadoras, Ver.^a Mônica Leal, que preside esta Sessão; eu subo à tribuna para utilizar os dois minutos do meu partido mais o tempo de Liderança, gentilmente cedido pelos meus colegas de bancada, Ver.^a Fernanda Melchionna e Ver. Roberto Robaina, do PSOL, para externar a nossa opinião com relação a toda essa situação caótica que está estabelecida nas condições de trabalho dos colegas professores desta Cidade. Desde o ano passado, estamos atentos às modificações propostas pelo Prefeito e pelo seu Secretário de Educação, Sr. Adriano Naves de Brito. Obviamente que, sempre que há a eleição de um governante, se elege

um plano de governo. Em nenhum momento, que eu me lembre, pelo menos, esse plano de governo dizia expressamente que haveria a tentativa ou a intenção de diminuir as horas de trabalho diário prestadas às nossas crianças; em nenhum momento, neste plano de governo, estava expresso que o Prefeito tentaria fazer economia com a merenda das nossas crianças, diminuindo, por exemplo, a qualidade das proteínas ofertadas diariamente aos nossos pequenos. Em nenhum momento dizia, no plano de governo apresentado pelo Sr. Prefeito Nelson Marchezan Júnior, que não haveria um projeto pedagógico para esta Cidade. Não há. Na minha modesta opinião, e talvez no meu raso entendimento, pois eu dou aula há apenas 18 anos, talvez não tenha tanta experiência quanto o professor Adriano Naves de Brito, a primeira coisa que um gestor deveria pensar na área de educação seria num projeto pedagógico de rede, englobando outros serviços à realidade das nossas escolas. A assistência social está sendo duramente atacada, e esses serviços de ponta são os que garantem, minimamente, para a população mais vulnerável, a população que está no limite da pobreza extrema, as condições mínimas de dignidade. Mas, infelizmente, nada disso estava claro lá; mas, tão claro quanto a água do DMAE – que também sofre ataques contundentes na atualidade –, percebemos que o projeto claro, que está desenhado pela Prefeitura e pela Secretaria Municipal de Educação, é o de precarização do trabalho, precarização das condições físicas das nossas escolas. De acordo com o levantamento que fizemos, a partir da visitação de todas as EMEFs desta Cidade, de março até metade de abril deste ano, percebemos que o desleixo monstruoso com que a Secretaria trata as nossas instituições de ensino está oferecendo riscos à integridade física dos profissionais que trabalham nessas escolas e também às crianças deste Município. Alguns dos problemas listados pelas colegas, Sinthia e Vlândia, são problemas que alarmam a qualquer um que tenha o mínimo de bom senso e respeito à vida humana; infelizmente, parece que esse temor ou esses prejuízos não sensibilizam o Sr. Adriano Naves de Brito. Quando levantamos esses problemas, encaminhamos à Secretaria Municipal de Educação pedindo providências, a resposta que nos veio foi: “Estamos aguardando o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento”. Esse financiamento está sendo aguardado há, pelo menos, uns três anos! Há pombos infestando caixas d’água de escolas – não dá para esperar. Existem coisas que comprometem a sobrevivência, a saúde, a integridade física das pessoas. Existem coisas que não esperam: o corroimento das estruturas metálicas que sustentam

os telhados das passarelas entre os pavilhões das escolas, fazendo com que eles possam ruir, causando uma desgraça, isso não se espera, isso é emergencial; curto-circuito na rede elétrica de uma cancha, de uma área de prática desportiva e lazer, é uma coisa que não se espera, porque quando chove e uma criança toma choque ao colocar a mão no telamento metálico de uma quadra esportiva, isso pode matar, isso não se espera um investimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, isso é urgente. E quando esses espaços, que já são restritos, são fechados para evitar que crianças morram, isso fere também o princípio da busca por qualidade de vida. E temos aí graves problemas se somando e aumentando a cada geração, como, por exemplo, problemas cardiovasculares, problemas respiratórios, que podem ser combatidos e evitados por práticas esportivas, por alimentação saudável e por mais instrução, mas, lamentavelmente, não é o que percebemos no Município de Porto Alegre, Município este que já foi uma referência nacional e internacional em termos de qualidade de educação. Já fomos uma referência positiva, estamos a passos largos nos encaminhando para sermos uma referência negativa e, pelo visto, com a anuência e felicidade daquele senhor que ocupa a Secretaria Municipal de Educação e do seu chefe, o Prefeito Júnior, que parece achar graça desse quadro trágico ao qual eles impõem e empurram, acossam a nossa rede municipal. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o quadro é lamentável e a visitação feita pelo convite das colegas deve ser realizada. Conheçam a realidade das nossas escolas, vocês se surpreenderão e ficarão muito assustados... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu me orgulho demais da ATEMPA, jovem, renovada, corajosa, estar lutando pela educação pública de qualidade, que é a marca de toda caminhada da rede municipal de ensino, Vereadores e Vereadoras: lutar pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras ao mesmo tempo e, por causa disso, lutar por uma educação de qualidade

que seja acessível a todas e todos e que garanta o sucesso escolar de todos e todas no seu tempo, no seu ritmo.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Este é o cartaz de divulgação: Flauta Doce em Concerto – Vladimir Soares. Quem é o Vladimir Soares, que ontem à noite se apresentou no Café Fon Fon, um café onde músicos de mais alta qualidade do Brasil e do mundo se apresentam, cujos donos são músicos e que arrasou na apresentação, inclusive tocando duas flautas ao mesmo tempo, tocando Chopin, tocando Bach, tocando *jazz*, e que faz doutorado na Alemanha e circula no mundo como um virtuoso? É um negro, menino, aluno da Escola Municipal Villa Lobos, da Lomba do Pinheiro de Porto Alegre, que estuda na Alemanha e se apresenta nos mais exigentes palcos. Ah, vocês vão me dizer que é uma exceção que confirma a regra? Não. Na Lomba do Pinheiro, só através da Escola Villa Lobos, mais de 600 alunos estudam Música, Educação Física, Arte, Dança, disciplinas que são desprestigiadas por este Governo, que acha que só Português e Matemática devem ser estudados e sequer provê de Português e Matemática as escolas. A música que desvelou talentos de um menino pobre, de um menino que não tinha pai nem mãe e de muitos meninos e meninas que estudaram agora na UFRGS, que se formaram, que são professores, que seguiram uma carreira na área da cultura. Essa é a minha homenagem ao trabalho da ATEMPA, à luta dos trabalhadores e trabalhadoras da educação do Município de Porto Alegre. Nós construímos uma caminhada da seriedade, do compromisso com a educação pública, Vereadores do PT e do PSOL, porque falo em nome da oposição, do compromisso que demanda, sim, professores bem pagos, respeitados, com tempo de formação, com tempo de pesquisa sobre a sua prática – pesquisa essa que não pode ser presa a um ponto, a um espaço na escola, quando não tem condições de planejamento; demanda tempo de planejamento coletivo, demanda estrutura, tecnologia, boa alimentação, boas salas de aula, com salas de integração. Esta rede pujante foi o que nós construímos durante todo esse tempo no debate e que está sendo destruído, Ver. Prof. Alex Fraga, óbvio por uma ausência de projeto pedagógico, mas com a existência de um projeto ideológico: uma escola pobre para pobre que naturaliza o fracasso escolar, que expulsa os alunos da escola. Esse é o projeto que está

em curso em Porto Alegre, que colocou os projetos de dança, de música, de robótica – a nossa equipe de robótica foi campeã no Canadá agora em julho –, no mesmo lugar para suprir, para fechar turno integral, para dizer que está atendendo algumas turminhas em turno integral, um desrespeito profundo por toda construção pedagógica dos projetos pedagógicos e do conceito de turno integral, que esta rede municipal de ensino construiu com muita dedicação e aprofundamento do que é educação e do que significa atender a educação como merecem e deve ser apresentada para nossos alunos e alunas.

Ora, o Prefeito, Mônica, no dia seguinte ao que derrotamos o PLCE nº 008/18, foi à rádio, Robaina, Alex, Adeli, Oliboni e Marcelo, dizer que o Simpa fazia muito mal à Cidade; portanto os Vereadores também, porque derrotamos um projeto. Eu quero dizer que fazemos muito bem à Cidade. A ATEMPA, o Simpa e a derrota do PLCE nº 008/18 fizeram muito bem à Cidade. Hoje de manhã, ouvimos uma médica na reunião para a qual todos os Vereadores foram convidados, dizendo que os médicos não querem mais assumir na Prefeitura de Porto Alegre, porque sem o Regime de Dedicação Exclusiva, sem respeito, sem salário digno, com os salários arrojados e parcelados, nós não temos mais plantão no HPS em grau, em nível e em quantidade suficientes para fazer atendimento em urgência, gente! Nós estamos com a morte à porta dos nossos hospitais, porque esse nefasto Projeto nº 08 e todos os outros ataques, como o da previdência, que nós vamos derrotar hoje, estão expulsando os bons profissionais da Prefeitura de Porto Alegre. E nós não queremos isso para a cidade Porto Alegre! Não admitimos! E se a Prefeitura usa que 2.300 funcionários podem se aposentar como argumento para criar a previdência complementar, eu quero dizer que ele preserve esses funcionários, que ele estimule esses funcionários para continuar trabalhando, porque eles ainda podem e querem ficar mais um tempo servindo a Prefeitura de Porto Alegre; e não os expulse, praticando o assédio e a violência que pratica. Portanto viva a ATEMPA, viva a Associação dos Trabalhadores em Educação e toda a sua organização, porque a educação tem sido muito importante na resistência e desmonte de uma Cidade que alargava as suas políticas públicas, que alargava a democracia, que construía uma Cidade integrada entre servidores, entre a população que se organiza com o seu meio ambiente e com as políticas públicas. E essa resistência é que vai salvar a cidade de Porto Alegre. Viva a educação! Viva os funcionários municipais! Fora, Marchezan! Não ao projeto de desmonte da educação e do Município de Porto Alegre! (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

Vereadora Sofia Cavedon (PT): Eu gostaria que fosse apresentado o vídeo do Vladimir, que vai tocar um pouquinho para os nossos Vereadores e Vereadoras.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Vereadora Sofia Cavedon (PT): A apresentação não estava à altura do espetáculo, que tem que ser no silêncio, mas era um jazz maravilhoso. Parabéns ao Vladimir, à Escola Villa Lobos e à educação pública de Porto Alegre!

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Esta Casa sabe do importante papel da educação pública como instrumento transformador e desenvolvedor da nossa sociedade, desde a educação infantil até o ensino superior. Acompanhamos sempre a luta constante da categoria dos professores do Município de Porto Alegre por valorização e reconhecimento. Quero agradecer a presença da Sinthia e da Vlândia. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h56min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): (14h57min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito, juntamente com o Ver. Ricardo Gomes, a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Os Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(O Ver. José Freitas assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, colegas Vereadores, pessoas que nos prestigiam com sua presença, servidores desta Casa, confesso que solicitei a tribuna para fazer uma manifestação, aliás, eu diria, compartilhar de um sentimento que hoje, ao acordar, tive dificuldade de administrar. Durante muito tempo na minha vida pública, eu tenho lutado com a questão da insegurança na cidade de Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul, por uma questão muito simples, nós perdemos o direito de ir e vir com segurança. Nada mais triste do que isso. Não tem bairro, não tem hora, não tem dia, não tem idade, não tem situação financeira. Ainda esses dias, eu escutava de uma moça que tinha recebido o seu salário, estava em uma parada de ônibus, sofrera um assalto e tinham levado dela todo o seu ganho de um mês que ela iria usar para o sustento da sua família, visto que era chefe da família, arrimo da família, enfim, viúva, três filhos, seu celular, meio de comunicação para trabalhar como diarista. E essa tem sido uma das grandes preocupações da minha vida política, assim como observo completamente chocada a violência que mata os jovens. E na nossa época, na minha, pelo menos, era tão comum sair às ruas, ir ao colégio a pé, poder ir a uma festa. Hoje, esses mesmos jovens não têm direito algum. Eles precisam sair com todo o cuidado, ou, então, nem sair. Os restaurantes também estão à mingua, comércio parado, farmácias fechadas, escolas vivendo o medo. Olhem, eu poderia aqui fazer um resumo de tantas coisas que levam ao terror. Até nas missas nós já tivemos arrastões – dentro das igrejas. Esses dias, eu falava com um padre que me disse que já estava comum esse tipo de episódio. E aí me deparo com uma tarefa exemplar, maravilhosa, verdade seja dita, quando alguém faz uma ação na área da segurança pública que, na minha opinião, sobrepõe siglas partidárias, ideologias políticas, porque, como eu digo, não é de hoje que a segurança pública só é prioridade dos nossos governantes em época de campanha. Aí é uma maravilha, aí o cara sobe lá, faz discursos, depois assume e esquece tudo, não tem investimento, não tem nada. Nisso, entram todos os governantes, todos os partidos, com raríssimas exceções, pois toda regra tem exceção. E aí eu me deparo com uma ação maravilhosa, sobre a qual eu escutei, várias pessoas do Centro da Cidade reclamarem das agressões, da violência, do uso de drogas, do vandalismo, do quebra-quebra debaixo do viaduto

Otávio Rocha. E a Brigada Militar foi lá e fez uma ação que é contra traficantes, usuários, ladrões. Foi uma maravilha, devolveram a paz àquelas pessoas, principalmente, idosas que moram naquela região. É o direito de ir e vir com segurança. A Brigada Militar foi lá e fez uma ação necessária. E eu falo aqui em guerra de traficantes. Morreu, na semana passada ou retrasada, um, numa briga por um espaço de tráfico de drogas ali no Viaduto. Demorou um mês essa operação. Essa ação da Brigada Militar levou um mês para que se fizesse de forma ... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para finalizar, queria dizer que os traficantes ali estavam, as drogas, os marginais. O que foi recolhido era lixo, as tendas ficaram ali, eram tendas de drogas. Drogas, eu tenho esse material, essa pesquisa feita, que está em cima da minha mesa, eu não ousaria vir à tribuna sem antes me certificar. Então, quero utilizar a tribuna para parabenizar a nossa valorosa Brigada Militar que, com a sua saúde, a sua ação, muitas vezes ganhando mal, parcelado, defende a vida dos cidadãos de Porto Alegre. Quero cumprimentar esta corporação que me enche de orgulho, porque por ali passam pessoas que têm o direito de ir e vir com segurança, pagam impostos, respeitam a lei. Queria fazer esse registro quando já escutei algumas críticas por aí afora, e digo com muita tranquilidade, porque sou jornalista e sei que nesta situação é sempre necessário, antes de tomar a tribuna ou os veículos de comunicação, verificar os dois lados, o contraponto, entender a operação para poder emitir algum comentário para que ele seja responsável e produtivo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Estou aqui, Ver.^a Mônica, para falar em nome da minha bancada, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, por deferência do meu Líder, Ver. Aldacir Oliboni. Nos momentos que antecedem os pleitos eleitorais, as senhoras e senhores, servidoras e servidores, sabem melhor do que ninguém: haverá discursos para cindir e buscar os votos de um lado ou de outro. Mas aqui não é palanque eleitoral, aqui é

a Casa do Povo para refletir as coisas do povo de Porto Alegre. Como fico feliz de ver algumas camisetas hoje aqui: “Lute como uma professora”, “Lute como um servidor”, mas lute como cidadão de Porto Alegre. Lute! Nós temos que discutir os moradores de rua. O Viaduto Otávio Rocha, nós discutimos aqui e aprovamos uma verba para tratar da questão da drogadização, este foi e é o compromisso desta Casa de todos para tratar, a começar por ali, esta questão. Sabemos que tem assaltantes no Centro da Cidade em todos os lados, é uma barbaridade todos os dias. Havia e há no Viaduto; havia e há na Voluntários da Pátria; havia e há em todas as ruas do Centro, porque ali circulam 300, 400 mil pessoas. E o crime hoje está na vila, está nas altas rodas da sociedade. O consumo do *crack* está com os pobres, com os miseráveis e outros tantos que caíram, e caíram das drogas lisérgicas, como o pó, o *crack*. Essa é a discussão real da sociedade, essa é a discussão real. Como nós vamos tratar? O Ver. Oliboni estava me colocando há pouco sobre as supostas casas para o aluguel social. Se as pessoas ficam sabendo que é para colocar morador de rua, eles não vão alugar, não vão alugar. Esta não é a política. A política é assistência social, é FASC, é saúde, é saúde mental, é o servidor.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu chegarei lá, a Ver.^a Fernanda me socorre corretamente, crianças, onde está, porque não se busca o amparo no ECA, com o Conselho Tutelar. Não adianta xingar que tal coisa não funciona, tem que haver uma sinergia, uma busca de todos esses órgãos que havíamos combinado com alguns gestores municipais, que ali no Viaduto nós temos a ARI – Associação Riograndense de Imprensa; temos sindicatos que querem ajudar. Ou seja, tem que criar um clima positivo para tratar com as pessoas. Ninguém está aqui defendendo pessoas que assaltam no Centro, nem no Viaduto. Ninguém vai fazer isso. Só que as pessoas têm que circular, as pessoas têm que conviver com a sua cidade. Mas nós não podemos aceitar as coisas que estão acontecendo em Porto Alegre. Não é só no Viaduto, aqui se vê o atropelo da legislação todos os dias. Um dos Secretários que mais tem atropelado a lei em Porto Alegre é o Secretário de Educação, quando ele devia ser o primeiro a cuidar das coisas. Ainda bem que ele não pode mudar todos os servidores estáveis por CCs, que a maioria são servidores e nos tratam muito bem na Secretaria. Agora, o Secretário não nos trata,

ele nos desconhece. Ele é o próprio – vou usar um palavrão que eu, ontem, ouvi uma pessoa falar – solipsista, que é aquele cara que é o dono da verdade, autoritário, é ele que existe, assim é o Secretário. Nós queremos algo diferente, por isso que, em nome da bancada do PT, quero dizer: o mundo não se divide em 8 ou 80; agora, o povo é único, um só, tem que ter dignidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito que os senhores e as senhoras respeitem o tempo do Vereador na tribuna; após a sua fala, os senhores podem fazer as suas manifestações.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde a todos que nos acompanham na tarde de hoje, subo nesta tribuna, em primeiro lugar, para, de uma forma fraterna, agradecer aos colegas e às colegas pelas manifestações de carinho recebidas na semana passada – muito obrigado para cada um que entrou em contato conosco na semana passada.

Quero falar um pouquinho da Previdência Complementar, que é o projeto que está em pauta, e rapidamente fazer uma apresentação, porque recebemos aqui, oficialmente, um dado do Previmpa que eu quero dividir com os colegas Vereadores. Agora, no mês de junho, os nossos aposentados e pensionistas chegaram a 15.346, enquanto os ativos estão em 14.878. É importante deixar claro que os pensionistas e os aposentados já estão, hoje, na nossa previdência, em maior número do que os ativos.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Nós temos aqui uma apresentação técnica de dados para contribuir, vários Vereadores já têm seus posicionamentos, mas, para contribuir no debate, trouxemos alguns dados.

O projeto que institui a Previdência Complementar no Município de Porto Alegre tem como objetivo preservar o equilíbrio financeiro e atuarial do Previmpa, de capitalização, reduzir as despesas com a previdência municipal, adequar às legislações federais. Referências: o modelo de Previdência Complementar do Município de Porto Alegre, teve como referência a previdência do Governo Federal, implementada em 2012 pela Presidente Dilma Rousseff, Lei nº 12.618, e também a experiência de outros estados brasileiros, em especial, o Estado do Rio Grande do Sul – implementada em 2016 pelo Governador José Ivo Sartori –, o Estado de São Paulo e o Município de Curitiba.

Temos aqui o mapa dos estados com o projeto de lei aprovado, que já são 15; dos estados onde está em estudo ou tramitação, que são 7; e dos estados sem previdência complementar, que são 4. Quero deixar disponível a todos os colegas este material.

Quanto às regras de aposentadoria, as regras da integralidade e da paridade para aqueles que entraram no serviço público até 2003, continuam valendo. Para os que ingressaram a partir de 2004, a regra de cálculo da aposentadoria permanece sendo a média das 80% maiores remunerações que serviram de base para as contribuições previdenciárias durante a carreira do servidor.

O que muda com a previdência complementar, então? Somente para os novos servidores, a partir da data da publicação do ato de instituição, se houver: contribuição de 14% sobre sua remuneração, limitado ao teto de R\$ 5.645,80, acrescida de contribuição até 8,5% sobre a remuneração que ultrapassar o teto; contribuição do Município de 18,969% e mais 5,175% até o teto, Ver. João Carlos Nedel, e o valor que ultrapassar o teto, em igual percentual da contribuição do servidor, limitado a 8,5%.

A previdência complementar é obrigatória? Não é obrigatória. Embora a adesão ao plano seja automática para os novos servidores, os mesmos poderão optar em permanecer ou não na previdência complementar, sendo assegurado o seu cancelamento no prazo de 90 dias da data de inscrição automática, com direito à restituição das contribuições pagas, corrigidas monetariamente.

Os atuais servidores podem aderir? Sim, se assim entenderem. Dados importantes: os atuais servidores públicos que ingressaram no serviço público antes da Previdência

Complementar e não optarem, poderão aderir como participantes, sem contrapartida do Município. Qual a vantagem para os atuais? Um benefício especial pago pelo Município; 80% maiores remunerações; prazo de vinte e quatro meses, contados a partir da data para optarem ou não pela migração. Além disso, maior proteção para quem precisa: 3% sobre suas remunerações com paridade de participação da Prefeitura em igual valor. E dizer para vocês, gente, mais uma vez, vamos pensar, eu divido com os colegas isso, vamos pensar nos interesses da Cidade, do futuro, inclusive, para assegurar a sanidade das contas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Ver.^a Mônica, quero saudar todos os presentes. Engraçado que estamos recebendo servidores, professores, e que eu lamento interromperem tanto a fala de quem vocês discordam, porque eu sei que isso incomoda muito quando os alunos de vocês interrompem vocês na sala de aula. E agora vocês estão fazendo muito pior aqui.

Mas eu quero falar sobre a previdência complementar, a qual, pelos gritos que vocês deram durante a fala do Moisés, vocês me mostram que desconhecem o projeto. Eu quero partir aqui do relatório apresentado pelo Conselheiro de Administração do Previmpa, assinado pelo Presidente do Conselho, Sr. Edmilson Todeschini, que estava presente até pouco tempo, onde são listados os quinze pontos pelos quais o Conselho deu parecer negativo ao projeto. Eu queria rapidamente passar por cada um deles, e começo, no primeiro ponto, dizendo que é um produto semelhante a múltiplas modalidades de investimentos oferecidos no mercado financeiro e bancário nacional; o que é falso, pois nenhum outro investimento no mercado financeiro nacional, coloca como contrapartida o Poder Público. Segundo ponto, o art. 6º alude à adesão de outros entes federados, previsão que reforça a característica de negócio financeiro; bem pelo contrário, a ideia de a Prefeitura propor que outros entes federados possam participar é que reduza o custo da administração e melhore a rentabilidade para todos os participantes do fundo. Terceiro ponto, coloca-se aqui que, conforme depreende-se do projeto, os adquirentes do

produto serão investidores que realizam resgates individuais, de acordo com o limite do saldo enquanto participante; é falso também. O resgate ou benefício é de acordo com o acumulado. O quarto ponto fala que extinguem-se totalmente os resgates individuais, uma vez que o saldo em conta do participante se encerra. O §1º do art. 25 diz que “os benefícios serão estruturados na modalidade de contribuição definida e calculados de acordo com o saldo da conta individual”. Isso significa que, de acordo com o parecer, é a avaliação dele, uma vez findo o saldo em conta do participante, extinguem-se totalmente os resgates individuais, independente do tempo de vida, o que também é falso, porque, passados os anos da contribuição, daquilo que ele teria para receber na integralidade, ele continua recebendo 80% do que era recebido.

O quinto ponto coloca que o servidor pode nem se dar conta da alternativa que lhe é dada, já que a inscrição no respectivo plano de benefícios será automática. O Ver. Moisés acabou de mostrar aqui, está bem claro que a adesão é automática, mas pode se optar, a qualquer momento, pela saída, sendo restituídos os valores na integralidade, com correção monetária. Isso é só para novos servidores. Se o servidor não sabe de outras alternativas válidas, a culpa não é da Prefeitura, ele pode fazer o que ele bem quiser com o dinheiro. Ele pode manter lá, assim como pode buscar um outro investimento privado. Pessoal, será que vocês podem fazer silêncio enquanto eu estou falando? É impressionante. Ver.ª Mônica! Presidente, pode preservar meu tempo, porque os professores não ficam em silêncio enquanto tem alguém na tribuna?

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito às pessoas que estão aqui, por favor, que deixem o Vereador terminar a sua fala. Após os senhores e as senhoras se manifestam.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente. O sexto ponto fala que não consta projeção econômico-financeira, demonstrativo. Foram entregues a todos os Vereadores o demonstrativo e a projeção econômica.

O sétimo ponto contesta a projeção e fala sobre a projeção feita pelo próprio Conselho. Isso é parcialmente correto, porque depende das variáveis que foram utilizadas, das premissas financeiras das projeções. O pico de R\$ 1,7 bilhão no déficit é real, muito

embora ele possa não ocorrer no ano que vem, ou daqui a cinco anos, ele chegará, porque esse é, de fato, o pico projetado de déficit das contas da previdência.

No oitavo ponto, o Executivo projeta que, segundo o parecer, a partir de um raciocínio que desconsidera o regime de repartição simples, é credor financeiro do Município. Aqui existe uma divergência de entendimento entre o próprio Conselho e aquilo que a Prefeitura entende. No entendimento da Prefeitura, nunca houve essa relação de ser credor financeiro do Município, mas que, até colocamos aqui, não implica, necessariamente, que, no futuro, quando houver novas entradas, vai haver recursos.

No nono ponto, diante de déficits magnificados aos bilhões, não está demonstrada a magnitude do alcance da previdência complementar na melhoria das finanças municipais; é falso, ele diminui instantaneamente a contribuição da Prefeitura, já que a contrapartida da Prefeitura cai radicalmente a partir da implementação da previdência complementar. Então, tem um impacto direto no custeio da Prefeitura.

No décimo ponto, o estudo atuarial do Previmpa estima que, no cenário de 2.006 adesões ao plano proposto, o qual exclui os celetistas, a redução de despesas previdenciárias no orçamento seria de R\$ 8 milhões ao ano. Não consta esse estudo em lugar algum, eu não tive acesso a esse estudo e não sei que estudo foi esse que embasou o parecer; gostaria que me enviassem esse estudo, porque não tive acesso e fico à disposição... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

No décimo primeiro ponto, o plano de benefícios e valores e regramento se faz via Estatuto e não via projeto de lei, então não faz sentido ele ser contestado dessa forma. No décimo segundo ponto, se é possível atestar a contribuição de 7% é suficiente para segurar os valores dos proventos a serem pagos próximos aos valores que recebem os atuais aposentados, então é possível garantir para os resgates individuais um valor mínimo igual aos valores que recebem os atuais aposentados. Isso é difícil até de entender, mas a garantia não seria feita em nenhum dos momentos, mesmo hoje, mantendo-se como está, não há garantia de recebimento, porque existe o déficit e por ser tratar de um investimento, não se tem como saber qual será o recebimento futuro pela rentabilidade. Enfim, o parecer é bastante frágil e sugiro que... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.).

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Faz algum tempo que não ocupo esta tribuna, se o faço hoje é porque supero, em parte, uma dificuldade física que o desgaste físico me impôs já há cerca de 30 dias, a minha voz denota essa dificuldade. Eu ouvi vários pronunciamentos nesta tarde, e dois deles, em especial, me motivam de forma a me trazer a esta tribuna, independente de qualquer resultado que esse meu pronunciamento possa fazer. Eu acho que o projeto que eventualmente será por nós votado hoje é de tal sorte positivo, que se devidamente adequado, e me parece que isso se pretende através de várias emendas, ele é bom para a cidade de Porto Alegre, independente se o Prefeito for ou não o Sr. Nelson Marchezan Júnior. Eu acho, até me dirijo aos colegas muito especialmente, que o momento de estarmos discutindo o projeto desse gabarito e dessa qualidade não é este; me parece que temos que decidir outras coisas que a Cidade está nos pedindo, inclusive o Fora Marchezan, que é proposto por muitas pessoas. (Palmas.) E depois, com o Marchezan ou sem o Marchezan, decidirmos sobre as coisas que temos que decidir, porque estou vendo que várias pessoas, e eu não me refiro à plateia digna que está aqui conosco, não olham nem os projetos, o problema é ficar ou não ficar o Marchezan, e o meu problema é acertar ou não acertar as propostas que aqui estão rodando. Eu abri possibilidade ao Vereador, meu querido amigo, Dr. Goulart, que amanhã, no meu escritório, é dia de reunir alguns Vereadores para discutir projetos da Casa, sem tentativa de mexer nos aspectos políticos, que o natural processo político contagia este Legislativo nesta hora. Por isso venho à tribuna, hoje, para dizer o seguinte: honestamente, não sei se daqui a pouco nós devemos efetuar o início da votação a respeito desse projeto, ou o início do entendimento de votá-lo em melhores condições. Era isso, Sra. Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): (15h30min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo o Ofício nº 737/GP, do Sr. Nelson Marchezan Júnior, Prefeito de Porto Alegre, comunicando seu afastamento do Município de Porto Alegre nos dias 3 e 4 de agosto do corrente ano, para participar de reunião do Senado Federal, a fim de tratar de financiamento ao Município de Porto Alegre.

O Ver. Reginaldo Pujol solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 2 de agosto de 2018.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 042/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**

Em votação o PLCE nº 007/18. (Pausa.)

Vereador Dr. Thiago (DEM) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito que suspenda os trabalhos para chegarmos a um acordo e votarmos em dois blocos as emendas.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h33min.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):(15h34min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereador Dr. Thiago (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito, conforme acordo com os Líderes, que sejam votadas as emendas em dois blocos. Bloco 1: Emendas nº 01, nº 04, nº 05, nº 11, nº 12 e nº 28, destacadas, ao PLCE nº 007/18; Bloco 2: Emendas nº 2, nº 3, nº 06, Subemenda nº 01 à Emenda nº 06, nº 07, nº 08, nº 09, nº 13, nº 14, nº 15, nº 16, nº 17, Subemenda nº 02 à Emenda nº 17, nº 18, nº 19, nº 20, nº 21, nº 23, nº 24, nº 25, nº 26 e nº 27, destacadas, ao PLCE nº 007/18.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Reginaldo Pujol (DEM): Sr. Presidente, eu acho que algumas emendas que foram anunciadas que, com a aprovação de algumas outras anteriores, estariam prejudicadas.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Sim. Tem algumas, inclusive as que têm prejudicialidade estão no enunciado. Eu não li, mas, conforme nós fomos anunciando, e com a formação do bloco – a Diretoria Legislativa já está analisando isso –, eu vou informando aos Srs. Vereadores das prejudicialidades. Cada vez que nós fomos votar uma, eu informo quais as outras que ficam prejudicadas.

Vereador Reginaldo Pujol (DEM): Obrigado pela providência e pela compreensão.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O senhor merece, Ver. Reginaldo Pujol. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h50min.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): (15h51min) Estão reabertos os trabalhos.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação o Bloco 1, destacado, ao PLCE nº 007/18. (Pausa.)

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, entendemos que este projeto não é bom para a cidade de Porto Alegre, não é bom para os servidores. Todas as nossas contas nos dizem que o cálculo atuarial, por melhor que tenha sido a intenção de quem o fez, Presidente Todeschini, do Conselho, que quero aqui repudiar que não pode falar na reunião técnica, chamada pelo Previmpa aqui, que iria fazer sua fala como Presidente do Conselho, e o Governo, pelo jeito, não quer diálogo. E foi identificado que o cálculo atuarial prevê que 35% dos atuais servidores

fariam adesão ao novo POAPrev, ao novo sistema, o sistema de previdência complementar. E todas as previdências complementares criadas até agora tem pouquíssimo tempo, não tem tempo largo de experimentação, apenas cinco, seis anos, e eles já demonstraram nesse pequeno tempo que não têm como realizar essa projeção que está dando base ao projeto, que é adesão de 35% ao plano. Apenas 1% ou 2% tem ocorrido nessa transição de um plano para outro, portanto a base desse plano já falha aí, a base do cálculo atuarial já falha aí. Em dez anos, considerando isso, terá que haver aporte da Prefeitura, aporte de milhões da Prefeitura para sustentar uma instituição que terá déficit por muitos anos. Se vocês pegarem as matérias do Correio Brasiliense que deixei na minha mesa, vão ver que não é bom para o funcionário. Bom, falei por que não é bom para a Prefeitura, ela vai gastar mais com o plano com uma estrutura para sustentar uma previdência complementar. Para o funcionalismo, ele terá que trabalhar de 35 a 40 anos para poder chegar a, no mínimo, o salário já minorado em 20%. Correio Brasiliense: adesão ao Funpresp não é vantajosa aos servidores, dizem os especialistas. Consultem os balanços dos planos de previdência complementar que estão por aí e que têm pouquíssimo tempo. As emendas nós vamos encaminhar favoravelmente, mas vamos rejeitar o projeto. Mas queremos dizer que elas todas dizem que tem que ser opcional de verdade, porque essa é outra falácia sobre o plano, que ele é opcional. Não é! Ele é obrigatório para os novos servidores. E a primeira emenda diz isso, só se houver opção para todos os servidores. As outras emendas trazem democracia, transparência, controle, por quê? Porque esse plano poderá, não é um plano de aposentadoria, é um plano de investimento, e poderá não render nada, poderá falir; e o servidor, todo o dinheiro que colocou, poderá não receber nada na sua aposentadoria. (Palmas.) E nós vamos induzir o servidor a um mau negócio? Induzir o servidor a empobrecer na sua velhice, quando tem os maiores custos? Portanto, ele não é um plano de previdência, ele é um plano para, quiçá – Ver.^a Fernanda, hoje escutamos especialistas –, esse grupo que deixar o fundo, que eventualmente deixe o fundo de capitalização, que deixe dinheiro no fundo de capitalização, o Município venha a buscar esse dinheiro para puxar para o caixa único, para botar esse dinheiro na sua parte no POAPrev, ou seja, é uma tentativa de tirar dinheiro da previdência para o equilíbrio das contas do município de Porto Alegre, o que achamos um equívoco, porque quem trabalhou 20, 30 anos, para a Prefeitura, para a cidade de Porto Alegre, tem que ter uma aposentadoria digna, tem que ter segurança do

investimento, do seu recurso, da sua contribuição, e tem que ter um provimento que seja sério, que seja previsível, que dê garantias na hora da aposentadoria. Nós temos que rejeitar o projeto de previdência e exigir do governo – exigir do Governo –, incentivos para a permanência dos servidores no serviço público, os mais de dois mil servidores que hoje... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Palmas.)
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Sofia. Eu pediria aos Srs. Vereadores a observância dos cinco minutos, na medida em que temos vários encaminhamentos. Agradeço à Ver.^a Sofia por ter se atido aos cinco minutos.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Bloco 1 composto pelas Emendas nº 01, nº 04, nº 05, nº 11, nº 12 e nº 28, destacadas, ao PLCE nº 007/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 12 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**.

Suspendo os trabalhos por cinco minutos, para que a Diretoria Legislativa possa verificar as prejudicialidades a partir da votação do Bloco 1. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): (16h06min) Estão reabertos os trabalhos.

Peço a atenção dos Vereadores. As prejudicialidades, em decorrência da aprovação do Bloco 2, são as seguintes: aprovada a Emenda nº 02, ficam prejudicadas as Emendas nº 16 e nº 19; aprovada a Emenda nº 03, fica prejudicada a Emenda nº 20; aprovada a Emenda nº 07, fica prejudicada a Emenda nº 23; aprovada a Emenda nº 09, fica prejudicada a Emenda nº 25. A Subemenda nº 02 à Emenda nº 17 será votada somente se a Emenda nº 17 for aprovada.

Vereador Dr. Thiago (DEM) (Questão de Ordem): Se a Emenda nº 07 tem a mesma redação da Emenda nº 23 e a Emenda nº 09 tem a mesma redação da Emenda nº 25, elas já não estão prejudicadas pelo princípio da anterioridade?

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): É que ela poderia ter sido retirada até o encerramento da discussão. Precluiu, ela permanece, mas está prejudicada.

Vereador Dr. Thiago (DEM): Então, as Emendas nº 23 e nº 25 já não existem mais.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Já estão prejudicadas. Estão prejudicadas as Emendas nº 16, nº 19, nº 20, nº 23 e nº 25.

Vereador Dr. Thiago (DEM): A segunda questão, Presidente: se a Emenda nº 16 dialoga com as Emendas nº 16 e nº 19 e se a Emenda nº 03 dialoga com a Emenda nº 20, elas não podem fazer parte do mesmo bloco. Como é que elas farão parte do mesmo bloco?

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Se aprovada a Emenda nº 02, ela prejudica as Emendas nº 16 e nº 19.

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Só se rejeitar o Bloco.

Vereador Cassio Trogildo (PTB): Sr. Presidente, só para esclarecer, as que estão prejudicadas pela anterioridade devem ser retiradas do Bloco.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Elas já foram.

Vereador Cassio Trogildo (PTB): Mas foram lidas.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação o Bloco 2, destacado, ao PLCE nº 007/18. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): É muito interessante este bloco, têm diversas emendas que melhoram bastante o projeto enviado pela Prefeitura. Conversando

com alguns dos servidores aqui, nós fomos vendo que uma das grandes preocupações – chegamos, inclusive, a um consenso sobre isso – é que mesmo o projeto sendo bom, e eu tenho a convicção de que é, especialmente para os futuros servidores, ele tem sido bastante prejudicado pela polarização que se tem com o Marchezan e pela forma como ele tem encaminhado os seus projetos aqui na Câmara. Muito embora eu concorde que um projeto como este poderia ter vindo sem regime de urgência, com a devida apreciação e esclarecimento, eu acho que isso não faz com que ele seja um projeto ruim e deva ser rejeitado apenas pela forma como foi conduzido politicamente. Eu acho que é um projeto muito bom, sim, para os servidores. Como já falei anteriormente, eu acho que o próprio sindicato deveria estar defendendo este projeto, porque ele é um projeto de responsabilidade com aposentadoria futura.

As emendas que estão neste bloco são emendas que melhoram bastante. O bloco contempla: emenda que reduz a Diretoria Executiva para três membros indicados pelo Conselho Deliberativo, ao invés de quatro indicados pela Prefeitura e aprovados pelo Conselho; emenda que reduz a remuneração dos Diretores e do Presidente; emendas que fazem com que seja obrigatória sabatina pública dos membros do Conselho; emenda que permite a adesão de mais servidores celetistas da Câmara, de empresas estatais, dirigentes, para aumentar a base de contribuintes e assim reduzir o custo de administração e melhorar a rentabilidade para todos os participantes; emenda que também estabelece formato de devolução dos valores adiantados de empréstimos – essa é uma emenda de minha autoria – coloca um prazo de dez anos para se retornar a isso; emenda, mais uma vez, que reforça a redução da diretoria para que se reduza o custeio do fundo e faça com que ele tenha um ponto de equilíbrio mais rápido; a Emenda nº 21 que evita o conflito de interesses entre gestores e conselheiros e gestores. Essa é muito interessante porque o diretor, o conselheiro que propõe o investimento, não vai poder votar pelo investimento, ele vai estar impedido de votar, porque é um conflito de interesse, é uma emenda de *compliance*, muito popular, aliás, em fundos de investimentos em empresas que lidam com isso para que se melhore a rentabilidade e a segurança de quem investe.

Então, eu encaminho pela aprovação do Bloco de Emendas que melhoram e muito o projeto e acho que ele é um grande ganho, especialmente para os servidores que entrarão na Prefeitura, a partir de agora, e poderão ter uma garantia muito maior de que

haverá uma aposentadoria após os seus anos de trabalho, do que nós temos hoje, se fechássemos os olhos para um problema que está na sala, temos um “bode” na sala, e que se a gente fosse, simplesmente rejeitar o projeto, ou rejeitar as emendas que melhoram, fariam com que a gente tivesse uma grave consequência de muitos servidores não receberem aposentadoria, o que é uma irresponsabilidade tremenda. E é por isso que eu encaminho aqui pela aprovação desse Bloco, e possivelmente, pela aprovação de um projeto que é de interesse dos servidores, de interesse da Cidade e que melhora todas as perspectivas financeiras de aposentadoria do Município. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco 2, destacado, ao PLCE nº 007/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Valter Nagelstein, colegas Vereadores, e Vereadoras, servidoras e servidores. Na verdade, nós já fomos aqui provocados sobre a questão da Previdência Complementar em nível nacional e em nível de Estado do Rio Grande do Sul. Não é uma questão de princípio, caras servidoras e servidores, não vejo nenhum problema de princípio ter ou não ter previdência complementar. A questão é que previdência complementar, que estrutura nós vamos ter. Eu só quero lembrar que nós tínhamos, até 2001, uma situação dramática em Porto Alegre. Nós tínhamos uma instituição que caloteou os servidores, houve CPI. Quantos fundos de previdência, mesmo com a fiscalização que devem ter a previdência complementar e a previdência normal, deram cano nos contribuintes? A gente tem que ter muita atenção, porque nós construímos coletivamente, em discussão com os servidores, o Previmpa. Os servidores têm o seu lugar no Previmpa. Os servidores de Porto Alegre, conscientes de suas responsabilidades, têm fiscalizado. Quando o Camozzato vem aqui e fala de *compliance*, que bacana, né? Só que eu tenho um projeto de lei que obriga a Prefeitura de Porto Alegre a ter o *compliance*, a exigir os códigos de ética e de postura, e está parado em comissões, colegas sentam em cima do projeto. A Prefeitura não exigiu para nenhuma instituição com quem fez contrato o código de ética e de posturas delas. Nenhuma! Não está obedecendo nem à Lei de Acesso à Informação, muito menos à Lei Anticorrupção. Então, não me venham com o papo de *compliance* agora, quando estamos discutindo a

previdência. Não me venham com essa conversa! Venham comigo para aprovar o projeto e obrigar a Prefeitura a fazer isso. Aí, sim, nós conversamos.

Gente, façam a conta, ninguém fala aqui. Ninguém fala aqui quanto custará o sistema de tecnologia de informação para montar uma previdência complementar na cidade de Porto Alegre com tantos servidores. Quanto custa? Ninguém fala. De graça não existe! Isso é um instrumental caríssimo! Eu nem vou falar dos quatro diretores, que agora querem passar para três, como se, de quatro para três, fosse mudar alguma coisa substancialmente. Vocês acham que, para dirigir uma instituição que lida com bufunfa – vamos falar claramente, num português que todo mundo entende, com grana, bufunfa –, qualquer pessoa vai lá botar seu nome para dirigir uma instituição com tanta fiscalização, com tantos problemas e com as crises econômicas que vive o País? O Prefeito diz que não tem dinheiro e quer criar uma instituição e colocar R\$ 10 milhões? Nós temos que rejeitar não só esta ou aquela emenda; eu disse de outra feita aqui: é não, não e não ao projeto! Não tenho contradição. Tem a previdência complementar da Nação brasileira, feita pela Presidente Dilma, mas estamos vendo que está custando o pessoal aderir à previdência complementar; e o pessoal que ganha acima do teto sabe fazer muito bem as contas, e vai olhar se vale à pena entrar numa canoa furada ou não. Eu fiz as contas: se a pessoa ganha o dobro do teto, ela pega o que sobra, investe na compra de uma *kitnet*, via Caixa Econômica Federal, aluga e ganha muito mais dinheiro. É simples, não tem milagre! Dinheiro não dá em árvore, não dá em poste. É a economia que lida com isso, e a economia não está fácil, a Prefeitura não tem gestão, não é transparente, não tem *compliance*. Não me venham com conversa furada: não ao projeto, não às emendas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Adeli Sell. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco 2, destacado, ao PLCE nº 007/18.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde a todos e a todas; aos servidores municipais da cidade de Porto Alegre. Aproveito este momento do encaminhamento, Presidente Valter Nagelstein, para solicitar, mais uma vez, que o outro espaço das galerias, que segue vazio, seja preenchido pelos colegas que estão lá fora.

Hoje não veio a representação do Governo para defender o projeto – é difícil ter quem defenda esses projetos -, mas em geral ali havia uma coluna de cargos em comissão, e hoje sequer veio. Há muitos colegas lá fora e quero deixar, mais uma vez em nome do PSOL, esse pleito. Em segundo lugar, queria me dirigir aos colegas que acham que as emendas podem reduzir danos, dando o exemplo de um belo projeto, aprovado pela unanimidade dos Vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre, para pensar um plano municipal para os idosos, um projeto da bancada do PRB, aprovado pelo conjunto dos Vereadores da Casa, inclusive, com a base do Governo, e, depois, vetado pelo governo Marchezan, porque é assim que o Marchezan faz. Mesmo que alguma emenda pudesse deixar o projeto menos pior, nós não temos dúvida alguma de que isso serviria, Ver. Paulinho, de pretexto para o Marchezan arrancar um ou dois votos de Vereadores daqui da Câmara para depois mandar os vetos para que a Câmara, de novo, exponha essa contradição, mas já com o risco de os servidores perderem concretamente a previdência. E podem perder concretamente a previdência por três elementos: o primeiro deles, essa instituição nova que está sendo proposta, o POAPrev, é uma instituição que vai custar R\$ 10 milhões nos próximos três anos, sendo que, pela experiência que tem o Estado e na União, a taxa de adesão tem sido muito pequena, e não é à toa, João Ezequiel, é 2%, é porque os servidores não são bobos, estão vendo que as fundações privadas estão perdendo o dinheiro da aposentadoria dos servidores, e depois os servidores não têm como reaver. Até hoje os servidores da Varig não receberam o dinheiro do seu fundo de previdência, assim como dezenas de fundos de previdência que faliram no Chile ou que estão mal usando os recursos do povo do Brasil. Mais do que isso, uma instituição repleta de CCs, que as emendas que previam a redução da diretoria executiva, as emendas que previam que caso fosse mal utilizado o dinheiro não se usasse os procuradores municipais para defender aqueles que fizeram malversação de recursos públicos com a previdência complementar, as emendas que previam eleições diretas para a composição do POAPrev, todas já foram derrotadas no bloco anterior. Esse projeto não tem salvação, ele prevê uma lógica, que é a privatização da previdência, em que a contribuição é definida pelo servidor, mas o benefício é flutuante, conforme as leis do mercado. Como disse o meu colega Ver. Roberto Robaina, devia se chamar não previdência complementar, mas investidor municipal, e os municipais não querem ser investidores, querem ser servidores respeitados, com seu futuro respeitado. Mais: o

conselho de administração votou um parecer contrário ao projeto, com 15 votos – os pareceres estão passando para que todos os Vereadores possam ver. Esse projeto vai aumentar o custo que a Prefeitura tem que destinar, assim como vai colocar em risco a contribuição patronal daqueles que quisessem, por ventura, migrar, podendo deixar o Previmpa deficitário, e o Previmpa, hoje, é superavitário. É mentira do Governo que a previdência está falida. O Previmpa é superavitário! É conversa mole para boi dormir. E, por fim, nesse bloco tem uma emenda que estende o POAPrev aos cargos em comissão. Das duas, uma: ou os cargos em comissão vão contribuir e não vai ter a contribuição patronal com possibilidade de déficit, ou a Prefeitura vai começar a contribuir para os cargos em comissão, o que seria um escândalo, inconstitucional, ilegal e uma malversação de recursos públicos. Então é não às emendas, não ao projeto e todo respeito ao servidor.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco 2, destacado, ao PLCE nº 007/18.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Presidente, eu quero depois suscitar uma questão de ordem com os Vereadores, porque há um entendimento da Diretoria Legislativa de que se teria um terceiro bloco. Restauram algumas emendas que, rejeitadas, ficariam tendo a pendência de sua votação. Aí também muda de figura todo o processo, também muda de figura tudo.

Eu quero dizer que 4.160 pessoas precisam aderir ao plano para que ele tenha sustentabilidade operacional. Isso não irá acontecer! Os antigos continuam todos pelo Previmpa; os novos, se os valores excederem os R\$ 5.645,80, poderiam ter o plano complementar. Isso é menos de 50% dos servidores. Portanto, é muito difícil atingir isso. A Prefeitura, o ano passado – e aí a brilhante assessoria do PRB fez o levantamento –, teve 90 reposições. Nós estamos falando de um numerário de 4.160.

Falo mais: é verdade, Vereadora, as nossas emendas reduzem o número de CCs na direção; não tem nenhuma explicação para ter quatro, com o valor do salário de secretário mais 20%, ou seja, extrapolando o próprio teto que o Prefeito tanto defende! A outra questão, levantada aqui, é que a aprovação de emendas não significa – até porque isso

nós também não acordamos – que vamos ter os votos necessários para derrubá-las, caso haja um veto do Prefeito, o que tem sido cada vez mais frequente. Por fim, é um projeto que, nos próximos dez anos, não tem sustentabilidade. Por favor, mostrem o gráfico que está na Exposição de Motivos do projeto. (Mostra gráfico.) Está ali, o Município vai ter que desembolsar R\$ 2 milhões no primeiro ano; R\$ 3 milhões no segundo ano; R\$ 4 milhões no terceiro ano. São recursos que deixam de ir para outras situações necessárias no Município. Algumas emendas não foram aprovadas no Bloco 1, como por exemplo, a Emenda nº 28, que é da sustentabilidade. O que propõe a Emenda nº 28? Propõe que, se não houvesse sustentabilidade em um a dois anos, essa lei seria extinta. Isso foi rejeitado pelo conjunto da Câmara no Bloco 1, mostrando que, mesmo sem sustentabilidade, o Plano continuará em vigor, o que, sem dúvida nenhuma, é um prejuízo econômico para cidade de Porto Alegre, certo? Então, por tudo isso, por mais essa insegurança que foi justificada agora, meu voto será contrário ao projeto, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Dr. Thiago. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco 2, destacado, ao PLCE nº 007/18.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, os fundos de previdência complementar, conforme a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, tiveram um prejuízo de R\$ 77,6 bilhões no período deste ano. No ano passado, esses fundos tiveram um prejuízo de R\$ 71,7 bilhões. Aqui a cidade de Porto Alegre resolveu descobrir o ovo de Colombo. Diz que o Previmpa é deficitário, e aí quer criar um outro fundo que vai dar de aporte inicial R\$ 10 milhões, e, depois, no primeiro ano, de arrancada, vai botar R\$ 2.754 milhões; depois, R\$ 3.191 milhões; depois, R\$ 4,55 milhões.

Além disso, os fundos de pensão, em 2010, tiveram prejuízo de R\$ 6,3 bilhões; nos anos seguintes, de R\$ 7,9 bilhões; R\$ 9,1 bilhões; em 2013, passou para R\$ 21,4 bilhões; depois, para R\$ 31,4 bilhões; em 2016, para R\$ 71,7 bilhões. E, agora, R\$ 77,6 bilhões até junho de 2017. Os participantes ativos, que contribuem para os fundos de pensão, superam 2,5 milhões de pessoas; só que as pessoas assistidas, que recebem dos fundos

de pensão, são 735 mil. Vejam bem: contribuem 2,5 milhões de pessoas, e se beneficiam 735 mil pessoas, tendo um déficit de R\$ 77,6 bilhões. Pelo amor de Deus, gente, é inviável. Não sou eu que estou falando isso, é a Associação Brasileira de Entidades de Previdência Complementar. Não tem como nós aprovarmos isso aqui na Casa, não existe como. E ainda rejeitaram um monte de emendas que previam a sabatina pública dos diretores, foram rejeitadas no primeiro bloco aqui. Havia várias emendas que tentavam dar uma melhoradinha, uma transparência. E não dá para confiar num Governo que tem um secretário que difamou um membro desta Casa, um Governo que tem um secretário que jogou no lixo a honra de um membro desta Casa e, até agora, não fizeram nada. Eu falo do ex-Vereador desta Casa, Mario Manfro, do qual o Secretário Ramiro Rosário – e no decorrer do dia de hoje eu vou provar isso – difamou, denegriu a imagem, dizendo que ele era um propineiro, cobrava propina dele de 300 pilas. Não é à toa que alguns *sites* chamam esse sem-vergonha do Ramiro Rosário de 300 pilas. Esse pilantra do Ramiro Rosário, de 300 pilas! Pilantra, sim! Falo, sim, de pilantra, porque quem está dizendo que ele é pilantra é a Justiça! A Justiça disse que Mario Manfro é um homem inocente! A Justiça arquivou todas as denúncias que ele fez ao Mario Manfro, dizendo que ele cobrava propina dele. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Vereador Janta, eu lhe peço desculpas, mas é que eu não dei tempo para a Ver.^a Sofia, e estamos no encaminhamento. O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco 2, destacado, ao PLCE nº 007/18.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, está claro já que todos têm conhecimento do projeto, embora tenhamos ouvido coisas quase escabrosas aqui da tribuna. Em primeiro lugar, quando se lança o equilíbrio das contas nas costas dos CCs, o que é uma indecência, primeiro, porque, Sr. Presidente, existem cerca de 800 CCs no Município de Porto Alegre, incluindo os das empresas. Agora, há cerca de 15 mil servidores ativos no Município; no regime de repartição simples são 7.500 que pagam as aposentadorias com as suas contribuições de 15 mil servidores entre ativos e pensionistas. Há um déficit aqui de quase oito mil

contribuições que serão necessárias para sustentar o regime de repartição que está em extinção. Isto é, não é dos CCs que vem o problema. Segundo, basta ler o projeto...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Segundo, basta ler o projeto para saber que a contribuição adicional feita pela Prefeitura, para os servidores que optarem estar no POAPrev, esta contribuição não é feita pela Prefeitura, no caso dos CCs. Não é verdade o que foi dito nesta tribuna. Terceiro lugar, que está se privatizando a previdência. Ora, então levantem o telefone e liguem para a ex-Presidente Dilma que fez a mesma coisa no Governo Federal, privatizou a previdência. Falaram também do risco de quebrar o Fundo ao longo do tempo. Ora, ora, não querem que quebre o Fundo? Tem uma medida muito simples, mantenham o PT longe dele. Porque a Stela Farias, Deputada do PT, quebrou o Fundo de Alvorada quando colocou o fundo dos servidores de Alvorada no Banco Santos, que quebrou. Não querem quebrar o Fundo? Mantenham o PT longe da Prefeitura. Aliás, a deputada... Eu sei que os petistas disfarçados de servidores estão aqui gritando...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Senhoras e senhores, toda vez que um Vereador estiver na tribuna e não conseguir desenvolver o seu raciocínio, eu vou pausar o tempo, vou aguardar, democraticamente, que as pessoas respeitem o tempo do Vereador e vou retomar o tempo do Vereador. Vou aguardar democraticamente que as pessoas respeitem o tempo do Vereador. O tempo está pausado e só será retomado quando o Vereador tiver condições...

(Manifestação das galerias.)

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Aliás, a Deputada Stela Farias...

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Vereador, por favor. Senhoras e senhores, eu posso retomar a fala do Vereador? (Pausa.) Muito obrigado. Eu peço a

gentileza, de novo, nós não precisamos concordar, mas nós devemos respeitar. Então eu peço, o Vereador tem o direito de falar, o Vereador tem a liberdade e o direito de esposar as suas razões da tribuna. Eu peço que, por favor, respeitem. Podem não concordar, mas respeitem. O tempo do Vereador está pausado, só será retomado quando o Vereador tiver condições de falar. Vereador, por favor.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Obrigado, Sr. Presidente, vou me corrigir, não quis dizer que não são servidores e são petistas disfarçados. Eu me corrijo, podem muito bem ser as duas coisas: petistas e servidores. A Deputada Stela Farias, aliás, que quebrou o fundo de Alvorada, foi processada por improbidade administrativa e premiada pelo Governador Tarso Genro, quando virou Secretária da Administração. Curioso. Mas também o Gushiken. O Gushiken quebrou o Funcef também. Não esqueçamos! Um rombo de R\$ 2,3 bilhões só em 2014! Então é verdade, há o risco de quebrar o fundo. Precisamos que ele esteja em boas mãos. Fora isso, Sr. Presidente, o projeto não faz mais do que aplicar em Porto Alegre o que já foi feito em outras esferas, estados e na União Federal pela mão do Partido dos Trabalhadores. Era isso. Obrigado, Sr. Presidente. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Ricardo Gomes.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado. A postura do Presidente será essa. Após a manifestação do Vereador, se as galerias quiserem se manifestar, podem e devem se manifestar. Eu só peço, por favor, que aguardem que o Vereador conclua as suas razões, e agradeço muito.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT): Presidente Valter, eu quero fazer uma ressalva, uma complementação. O Ver. Ricardo Gomes poderia ter lembrado que a Deputada Stela Farias foi absolvida em segunda instância. Mas ele, justamente, joga apenas com a verdade que lhe convém. (Palmas.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador. Quero fazer um esclarecimento, Srs. Vereadores; se o bloco de emendas for aprovado, as prejudicialidades estão postas; se o bloco for rejeitado, vamos votar em separado as Emendas nº 16, nº 19 e nº 20, porque as emendas tratavam sobre o mesmo dispositivo de formas diferentes. Esse é o entendimento da Diretoria Legislativa e a Presidência acata esse entendimento.

Vereador Dr. Thiago (DEM): Deixa eu ponderar, Presidente, sobre mais uma questão; se elas mexem sobre a mesma questão, logo, os legisladores, os Vereadores, já estão se manifestando com relação àquela questão. Portanto, estariam prejudicadas as respectivas análises.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Dr. Thiago.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Bloco 2 composto pelas Emendas nº 02, nº 03, nº 06, Subemenda nº 01 à Emenda nº 06, nº 07, nº 08, nº 09, nº 13, nº 14, nº 15, nº 16, nº 17, Subemenda nº 02 à Emenda nº 17, nº 18, nº 19, nº 20, nº 21, nº 23, nº 24, nº 25, nº 26 e nº 27, destacadas, ao PLCE nº 007/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**. Ficam prejudicadas as Emendas nº 16, nº 19, nº 20, nº 23 e nº 25. Foram retiradas a Subemenda nº 01 à Emenda nº 17 e a Emenda nº 22.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLCE nº 007/18 (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**.

Aprego Ofício nº 748/18-GP, do Sr. Nelson Marchezan Junior, Prefeito de Porto Alegre (Lê.): “Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos solicitar a retirada do regime de urgência dos projetos de lei: PELO nº 008/17, PELO nº 001/18, PELO nº 002/19, PLCE nº 009/18, PLCE nº 003/18 e PLCE nº 006/18. Porto Alegre 6 de agosto de 2018.”

Vereador Felipe Camozzato (NOVO) (Requerimento): Solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Aprego o PLL nº 020/18, de autoria do Ver. Ricardo Gomes.

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria dos Vereadores Dr. Thiago e Cláudio Janta, à Emenda nº 09 ao PLCE nº 005/18.

Apregoo a Emenda nº 18, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, ao PLCE nº 005/18.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Dr. Goulart, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 16 ao PLCE nº 005/18.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezesesseis Vereadores presentes. Não há quórum.

(16h56min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, servidores e servidoras, há momentos em que é preciso, com serenidade, analisar os processos que acontecem aqui nesta Casa. Queria pedir aos servidores e às servidoras calma e tranquilidade, há outros embates a ser feitos, e o Prefeito retira a urgência de projetos que ele solicitou urgência, que demos parecer contrário na CCJ, vencemos na CCJ, derrubaram a posição, e agora ele volta atrás. Esse zigue-zague, senhoras e senhores, servidores, não terminou com este projeto que acabamos de votar, há embates a ser feitos, e nós vamos continuar a fazer os embates necessários com a atual Administração, que castiga não só os servidores, mas a Cidade: a Cidade está esburacada, está suja, falta iluminação pública, apesar de todo o mês pagarmos a taxa de iluminação pública na conta de luz! Nós estamos aqui e seremos vigilantes, como mostramos anteriormente, em outras discussões; a discussão não termina hoje aqui. Eu peço às servidoras e aos servidores que continuem unidos, discutindo ponto a ponto nos seus locais de trabalho e que não cedam às pressões. Nós vamos continuar a construir, com o apoio da Cidade, dos seus moradores, das pessoas, uma outra cidade, não a que o Governo quer, não aquilo que o Prefeito quer nos impor, mas uma cidade democrática,

uma cidade palpitante, uma cidade que tenha voz, e é por isso que nós estamos aqui. Nós perdemos uma batalha, mas a luta continua em torno de outros projetos.

Neste dia em que me cabe este período de Comunicações, eu quero aqui levantar algumas outras questões que nós vamos começar a disputar com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Por exemplo, o prédio da antiga SMIC está abandonado, está sendo dilapidado; enquanto isso, a mesma Prefeitura que não investe na sua recuperação paga um aluguel astronômico numa sala luxuosa de um prédio no Cento de Porto Alegre, sendo que temos salas devolutas no prédio nº 2244 da Av. Borges de Medeiros. Nós queremos saber das contratações no Hospital de Pronto Socorro. Nós queremos saber da contratação dos operadores do SAMU, especialmente quanto aos condutores; porque não é qualquer pessoa que pode dirigir o carro do SAMU, tem que ser um condutor qualificado, especializado; não cabe contratar um serviço terceirizado de quinta categoria. Nós precisamos de servidores no lugar dos agentes de fiscalização da EPTC, que estão em falta. Nós queremos mais agentes de saúde. Portanto, senhoras e senhores servidores, nós continuamos aqui, vigilantes e atuantes em defesa do serviço público de qualidade, sem deixar que haja pressão sobre as senhoras e os senhores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Vereador. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. André Carús.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero voltar ao assunto que eu estava falando aqui, eu tenho em minhas mãos e sigo relatando um documento do Promotor de Justiça da Defesa do Patrimônio Público, juntamente da Sra. Juíza de Direito, Rosália Huyer, que julga não haver provas de crime praticado por qualquer um dos investigados, numa calúnia, numa injúria feita contra um dos membros desta Casa, que é o Ver. Mario Manfro. Num período eleitoral, um meliante, que hoje ocupa um cargo de secretário em Porto Alegre disse que o Vereador exigia propina, exigia R\$ 300,00, cobrava de seus funcionários. E o Vereador viu a polícia invadir o seu gabinete; viu a polícia invadir os seus dois consultórios; viu a

polícia invadir a sua casa, com seus netos, a sua família, lhe trazendo prejuízo moral, prejuízo para seus filhos, para seus netos, chorando e não sabendo o que estava acontecendo. O Ver. Mario Manfro não reclama do prejuízo eleitoral; o Vereador virou suplente, hoje é pré-candidato a deputado, ele seguiu a sua vida ilibada, sempre foi um homem que todos nós aqui admiramos e que a população de Porto Alegre admira e conhece. Mas esse cidadão, que não merece o respeito da população de Porto Alegre, que quem o conhece não quer conviver com ele, porque não usa métodos republicanos nem métodos democráticos, acusou um homem de bem, mentiu sobre o caráter de um homem de bem, que todos nós, aqui nesta Casa, tratamos com carinho, com respeito, quando o vimos, abraçamos. Vários partidos o convidaram para ir para as suas agremiações, todos nós o queríamos por ser uma pessoa íntegra, séria, uma pessoa que, por sua conduta pessoal, por sua conduta profissional e por sua conduta de caráter, jamais ia fazer isso do que o acusaram.

As considerações, todas elas absolvem o Ver. Mario Manfro, juntamente com Ricardo Otero, Cristiano Ataídes, Lutiero Pereira, Giovani Lopes, José Marcos e Marcos Paulo, todos eles são absolvidos. E aqui, Edis, o Ministério Público e a juíza confirmam que foi uma briga partidária. Uma briga, Ver.^a Mônica, por espaço político dentro do partido. Só assim o Secretário conseguiu ter espaço político dentro do seu partido, manchando a imagem de um homem público, de um homem sério, de um homem capaz, invadindo a casa desse homem, invadindo o gabinete desse homem, usando a força pública para fazer isso, invadindo o consultório desse homem. Em todos os parágrafos, esse homem, junto com os seus assessores, foi absolvido. Isso o Ver. Wambert já dizia, tem outros depoimentos ali em que já dizia: o mau-caratismo do Secretário Ramiro Rosário em fazer uma calúnia dessas a um homem de bem.

Vereador João Bosco Vaz (PDT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Janta, eu gostaria, em um aparte, de colaborar. Eu sempre digo que, nesta Casa, nós temos dois códigos de ética: nós temos o código de ética escrito e nós temos o código de ética entre nós, nem precisa do código de ética escrito, é o que a gente respeita, sobre o que a gente conversa, e quero dar o meu depoimento aqui da qualidade pessoal, profissional e parlamentar do Ver. Manfro. Esse episódio tirou a reeleição dele

nesta Casa. Por isso, que o senhor, fazendo aí este pronunciamento, está colocando as coisas nos devidos lugares. Muito obrigado.

Vereador Professor Wambert (PROS): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu vim do gabinete, Vereador, inclusive me encontrei com o Ver. Manfro, que foi absolvido. É um homem de uma integridade reconhecida e foi vítima de uma armação, que enganou até o Giovani Grizotti. Uma coisa simplória, algo inacreditável. É importante, nesta Casa, que se faça este momento de reparação à dignidade, à honra e à reputação deste homem. Não foi aceita a denúncia ao Ver. Manfro, porque não tinha uma prova contra ele; aquilo foi uma simulação vulgar, horrível. E reitero todas aquelas palavras e agradeço pelo Vereador ter me citado. Muito obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Cláudio Janta prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): E a fundamentação do Ministério Público e da Justiça diz o seguinte: “Ramiro jamais entregou mais provas do que o vídeo, os quais mostram, sim, Ramiro entregando algum objeto às pessoas mencionadas. No entanto, a investigação do Ministério Público do Rio Grande do Sul não descobriu nada além dos vídeos, nem movimentação em contas suspeitas, nem conversas telefônicas comprometedoras e nem a tal da caixinha ilícita”. Não pode, meu Líder do Governo – e hoje recebemos a notícia de que a sua filha está excelente, o que nos deixa muito felizes –, o nosso Prefeito de Porto Alegre ter ao seu lado uma pessoa desse quilate. No parágrafo 8º diz o seguinte: “A versão dos investigados parece crível; houve, em verdade, uma briga política entre dois políticos filiados ao Partido Social da Democracia Brasileira, Mario Manfro, então Vereador de Porto Alegre, e Ramiro Rosário, então pretende a Vereador e hoje Vereador eleito, afastado para ocupar o cargo de Secretário do Município de Porto Alegre. Essa disputa política chegou-se a oficializar no interior do PSDB, conforme fortemente demonstrado nos autos. Os vídeos encontram-se gravados em DVDs, nas folhas 299 e 314.” No parágrafo 9º: “Seja como for, não é aplausível a versão dos investigados, a entrega de dinheiro a Manfro deu-se por Ramiro espontaneamente [a entrega de dinheiro a Manfro deu-se por Ramiro espontaneamente!], para realização de

festas comunitárias e ajuda a comunidades carentes.” Então, meus amigos, o caráter de uma pessoa é medido pelo que ela faz. O Ver. Bosco mesmo falou aqui, nós temos algumas divergências políticas, pautas que entram nesta Casa, agora, todos nós aqui somos solidários uns com os outros, em todas as questões. Nenhum de nós aqui faz armação um para o outro, nós enfrentamos as nossas divergências políticas de frente, cara a cara, nenhum de nós compactua com uma coisa dessas. Invadir a casa de uma pessoa, provocado por um membro desta Casa; invadir o local de trabalho de uma pessoa, provocado por uma pessoa que quer ser membro desta Casa; invadir o gabinete de um Vereador, provocado por alguém que quer ser membro desta Casa, isso é a coisa mais podre que pode ter no mundo político. Comprometer a eleição, comprometer o patrimônio político de uma pessoa, que é a honra dela – o patrimônio político não político da político, mas o patrimônio que a pessoa tem, o patrimônio junto com os clientes, junto com a sua família, junto com as pessoas que convivem com ela. Mas o Mario Manfro continua sendo uma pessoa querida pelas comunidades, uma pessoa querida pelos seus clientes e uma pessoa querida por todos nós. E foi muito bem recebido... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...receber de braços abertos do Solidariedade, e tenho certeza que vários outros partidos queriam contar contigo, Mario Manfro, tu és uma pessoa de bem, tu és uma pessoa que pratica o bem, uma pessoa que faz o bem, e a Justiça reconheceu isso. Que Deus continue te iluminando e te abençoando e que a Justiça tome as devidas medidas contra essas pessoas que querem fazer o mal aos outros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.ª Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Decisão Liminar proferida pelo Desembargador Ricardo Torres Hermann, Relator, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70077868461, a qual suspende a eficácia do inc. III, do art. 57, da Lei Orgânica do Município, passando-se a aplicar, por simetria, os artigos 8º, 53, inc. IV, e 81, da Constituição do Estado Rio Grande do Sul, e o art. 83, da Constituição Federal.

Aprego Ofício nº 019/GPV, do Sr. Gustavo Bohrer Paim, Vice-Prefeito de Porto Alegre (Lê.): “Senhor Presidente, ao cumprimentá-lo cordialmente, solicito a Vossa Excelência submeter à apreciação desse legislativo, nos termos da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, a competente autorização para ausentar-me do Município e do País, no período de 15 a 19 de agosto do corrente ano, para participar da reunião da rede Mercocidades, e da reunião da Unidade de Turismo (UTT), em Córdoba, na Argentina. A participação de Porto Alegre em ambas as reuniões apresenta-se como importante oportunidade de inserção e intercâmbio com grandes cidades da América do Sul e para avançar em projetos de desenvolvimento econômico. Informo que o ônus para o Município será de 1 (uma) diária para custear as despesas de transporte, alimentação e hospedagem e 1 (uma) passagem aérea POA-COR-POA.”

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. João Bosco Vaz.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (PMDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, vou fazer uma observação sobre os projetos que já estão sendo discutidos em 2ª Sessão, relativos a proibição da prática de rinha de cães no Município. É normal que os projetos venham a Plenário primeiro, depois passar pelas Comissões para seus pareceres. Quero antecipar que há muitos anos temos um Decreto Federal sobre esse assunto, cujo art. 1º diz o seguinte (Lê.): “Fica proibido em todo o território nacional, realizar ou promover brigas de galo’ ou quaisquer outras lutas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes”. Então, já estamos bem contemplados, com muitas detenções feitas, pessoas processadas, quando são denunciadas ou presas em flagrante por estas atividades ilegais de maus tratos de animais. O outro projeto é sobre pena de execução de serviços de capinagem para causadores de maus tratos. Nós, Vereadores, não podemos legislar sobre aumento de penas ou outros tipos de penalidades, porque pertence à esfera criminal.

Quero fazer uma justificativa de voto com relação ao projeto da Previdência Complementar. Votei a favor porque tenho previdência complementar há dez anos, com experiência nessa área. Felizmente não tivemos problemas até o momento de recebimento deste complemento de aposentadoria, pelo qual se pagou por longos anos e ainda continuamos pagando uma diferença, mediante cálculo atuarial. O que se discute

hoje sobre a previdência privada é um meio de segurança e tranquilidade nas aposentadorias, é uma iniciativa que antecipa futuras dificuldades com planejamento de finanças, pretendendo melhor controle do futuro pessoal, bem como dos familiares. O INSS hoje tem uma nova avaliação de ser um investimento cada vez menor para quem se preocupa com a vida após aposentar-se, em virtude de diversos fatores que geraram aumento nas despesas, bem como se faz necessária uma mudança nesses critérios, quais sejam, a reforma da previdência. A previdência privada é um caminho para minimizar esses efeitos complementando os problemas dessa reforma que ainda não se avançou. Na atualidade se pode compreender, então, o inverso, que o INSS é um complemento dos rendimentos mensais para quem tem a previdência complementar. Hoje, a previdência privada representa 7,2 milhões de pessoas no País, através de 3.129 empresas e 700 mil assistidos. Quanto à estabilidade, pode-se dizer que existe uma superação de índices da poupança, do IGP, do INPC relativos aos últimos 15 anos. Então, quem tem um projeto de previdência privada representa uma parcela da população que se propõe a fazer uma reserva de seus proventos para garantir um futuro com maior e melhor qualidade de vida. E, ainda hoje, é inevitável ignorar que essa transformação depende, sim, de uma reeducação, uma mudança de atitudes, que também envolve cuidados com o corpo e a mente, cultivando rotinas saudáveis – isso se tratando de aposentadoria. E os estudos informam ainda que a população está envelhecendo doente, sendo necessários novos hábitos na vida para um envelhecimento saudável a fim de um aproveitamento pleno na aposentadoria com recursos financeiros. Por isso votei favoravelmente ao projeto de previdência complementar para os municipais. Obrigada. (Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. A Ver.ª Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.
Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h22min.)